

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. INFORMAÇÃO GERAL

A Efacec Power Solutions SGPS, S.A. ("Efacec Power Solutions" ou "EPS"), é uma sociedade anónima com sede no lugar de Arroiteia, freguesia de Leça do Balio, Guifões e Custóias, concelho de Matosinhos, em Portugal. A EPS foi constituída em 14 de agosto de 2014, tendo como objeto a gestão de participações sociais como forma indireta de exercício de atividades económicas. A constituição da Efacec Power Solutions inseriu-se no processo de reestruturação que a Efacec Capital, SGPS, S.A. ("Efacec Capital") encetou a partir do final de 2013, e que se prolongou ao longo do ano 2014, com o objetivo de alinhar a estrutura societária do Grupo Efacec com os segmentos de mercado abordados e as geografias-alvo. No final de 2014, a Efacec Power Solutions passou a constituir, ela própria, um grupo de empresas para o desenvolvimento de atividades nos domínios das soluções de Energia, Engenharia, Ambiente, Transportes e Mobilidade Elétrica. O Grupo EPS abrange ainda uma vasta rede de filiais, sucursais e agentes espalhados por 4 continentes.

Em 23 de outubro de 2015, a sociedade Winterfell 2 Limited adquiriu à Efacec Capital uma participação na Efacec Power Solutions, passando a ser a acionista maioritária.

A informação financeira está apresentada em euros, salvo se indicado de forma diversa.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

B. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo

1.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Efacec Power Solutions foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em 1 de janeiro de 2016, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta a convenção do custo histórico, exceto os ativos financeiros e passivos financeiros, os quais se encontram contabilizados ao seu justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que o órgão de gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.

As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro – IASB, IASC, IFRIC e SIC – encontram-se em baixo enunciadas, assim como as datas de aplicação e aprovação pela União Europeia.

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2016		
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB “Disclosure Initiative”	01/01/2016
IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de depreciação/amortização baseados no rédito não são permitidos	01/01/2016
IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem activos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem activos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização	01/01/2016
IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	01/02/2015
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	01/01/2016
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio.	01/01/2016
Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento – aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa mãe que não qualifica como entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento	01/01/2016
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24	01/02/2015
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	01/01/2016
2. NORMAS QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2017, JÁ ENDOSSADAS PELA UE		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	01/01/2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de activos e prestação de serviços, pela aplicação do método das 5 etapas	01/01/2018
3. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2017, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE		
3.1 Normas		01/01/2017
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das actividades de financiamento.	01/01/2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos activos sobre os activos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos activos	01/01/2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de activos de e para a categoria de propriedades de investimento	01/01/2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto	01/01/2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021	
	Regime específico para os activos no âmbito da IFRS 4, que qualificam como activos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9, e como activos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral	
Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição	01/01/2018
IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	01/01/2019
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	01-01-2017 /01-01-2018
3.2 Interpretações		
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	01/01/2018

Da adoção das normas aplicáveis à Empresa não se esperam efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

1.2 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são apresentados ao custo histórico, menos depreciação, incluindo todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como custo no período em que são incorridos.

Os aumentos resultantes da revalorização são creditados em Reservas no Capital Próprio. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada no valor reavaliado do ativo levada a custo do período e a depreciação baseada no custo original do ativo, é transferida da Reserva de justo valor para Resultados Retidos.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de revalorização.

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento, de acordo com a sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Edifícios e Outras Construções	25 – 50
Equipamento Básico	8 – 16
Equipamento de Transporte	4 – 5
Equipamento Administrativo	4 – 6

Os valores residuais dos ativos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data do Demonstração da posição financeira.

Os ganhos e/ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo e incluídos no Resultado do período.

1.3 INVESTIMENTOS FINANCEIROS E ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

1.3.1 CLASSIFICAÇÃO

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: justo valor por contrapartida de resultados, créditos e valores a receber e disponíveis para venda. A classificação depende do propósito pelo qual os ativos financeiros foram adquiridos. A gestão determina a classificação dos seus ativos financeiros aquando do seu reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são ativos financeiros detidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados sob esta categoria, salvo se designados para cobertura. Atualmente, a EPS não possui este tipo de ativos financeiros.

(b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data de fecho do exercício, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

(c) Investimentos detidos até à maturidade

Atualmente, a Empresa não possui ativos financeiros detidos até à maturidade.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, sendo apresentados como “Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas”, quando a Empresa tem controlo ou influência significativa na gestão.

Estes ativos financeiros são classificados como não-correntes, exceto se os ativos expirarem ou se a gestão tiver intenção de os vender no prazo de 12 meses após a data de reporte.

1.3.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registradas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – a data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender os ativos. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação, salvo se classificados ao justo valor por contrapartida de resultados. Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os seus custos de transação registrados na demonstração de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos no momento em que expiram os direitos a receber os seus fluxos de caixa, ou no momento em que são transferidos os riscos e benefícios da sua propriedade. Ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são mensurados subsequentemente ao seu justo valor. Créditos e valores a receber são mensurados subsequentemente ao custo amortizado através do método de taxa de juro efetiva.

Ganhos ou perdas provenientes de variações no justo valor de ativos financeiros, classificados sob a categoria de “justo valor por contrapartida de resultados”, são apresentados na demonstração de resultados como custos financeiros no período em que ocorrem.

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Os valores a receber de clientes são desreconhecidos quando são transferidos para outra entidade, substancialmente, todos os riscos significativos e benefícios relacionados com os fluxos de caixa do ativo financeiro. Se a entidade mantém a sua exposição à variabilidade total do valor presente dos fluxos de caixa líquidos futuros associados ao ativo financeiro, não há lugar a desreconhecimento do ativo.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou é registada imparidade sobre os mesmos, o valor acumulado dos ajustamentos para justo valor reconhecido em reservas de justo valor é registado na demonstração de resultados, na rubrica “Ganhos ou perdas em outras empresas”.

Os juros por conta de títulos classificados como disponíveis para venda são calculados através do método do juro efetivo, e reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica de outros proveitos. Os dividendos de ações disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de resultados quando for estabelecido o direito da Empresa aos mesmos.

1.3.3 APRESENTAÇÃO PELO VALOR LÍQUIDO

Os ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido quando existe o direito legal a efetuar essa compensação, assim como a intenção de o fazer.

1.3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

(a) Empréstimos concedidos e contas a receber

O ajustamento por imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor do ajustamento é reconhecido na demonstração de resultados.

(b) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia a cada data da Demonstração da posição financeira se um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade, sendo registradas perdas por imparidade, apenas quando existe evidência objetiva da mesma como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda), e de que tal evento (ou eventos) tenha um impacto na estimativa de fluxos de caixa futuros, produzidos por esse ativo ou grupo de ativos, que possa ser estimado com fiabilidade.

Os critérios utilizados pela Empresa, para determinar se existe evidência objetiva de uma perda por imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras significativas por parte do emitente ou devedor;
- Violação de disposições contratuais, como por exemplo vencimento do pagamento de juros ou de capital;

- A possibilidade do devedor entrar em falência ou em processo de reestruturação financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro em causa por motivos de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis, que indiquem um decréscimo mensurável na estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes de um portfolio de ativos financeiros, tendo esse decréscimo ocorrido após o reconhecimento inicial desses ativos, mas de ainda não ser imputável a ativos financeiros individuais. Esses dados incluem:
 - i) Alterações adversas no estado de cumprimento dos pagamentos dos devedores desse portfolio; e
 - ii) Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionem com o incumprimento dos pagamentos relativos aos ativos no portfolio.

A Empresa analisa em primeiro lugar se existe evidência de imparidade.

O montante da perda é medido pela diferença entre o valor ao qual o ativo se encontra mensurado e o valor atual da estimativa de fluxos de caixa futuros (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido registadas) descontado à taxa de juro efetiva. O valor pelo qual o ativo se encontra mensurado é reduzido, e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. Como expediente prático, a Empresa poderá medir o montante de imparidade com base no justo valor do instrumento, utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade decresce, e esse decréscimo pode ser objetivamente atribuível a um evento que ocorre após a imparidade ser registada (como a melhoria do rating de crédito do devedor), então a imparidade anteriormente reconhecida é revertida na demonstração de resultados.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

- (c1) A Empresa analisa a cada data da Demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Para títulos de dívida, a Empresa utiliza os critérios acima descritos na alínea (a). No caso de instrumentos de capital de outras entidades classificados como disponíveis para venda, um decréscimo prolongado e significativo do justo valor do título relativamente ao seu valor de custo constitui também evidência de imparidade. Se tal evidência existir em ativos disponíveis para venda, a perda acumulada – medida pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data, subtraída de qualquer perda por imparidade previamente reconhecida através de resultados por conta do ativo financeiro em questão – é removida do capital e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados sobre instrumentos de capital não são revertidas através da demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o justo valor de um título de dívida classificado com disponível para venda aumentar, e esse aumento for objetivamente atribuível a um evento que ocorreu após a perda por imparidade ter sido reconhecida em resultados, então a perda por imparidade é revertida através da demonstração de resultados.
- (c2) A Empresa efetua uma avaliação dos investimentos em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas no resultado do período eventuais perdas de imparidade. A Empresa verifica em cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva de imparidade de algum investimento financeiro. Se existir tal evidência, a perda acumulada, calculada pela diferença entre o valor da demonstração da posição financeira e o justo valor corrente, é reconhecida na demonstração dos resultados do período em que se verifica a imparidade. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações correntes de mercado e risco específico do ativo.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (dividendos recebidos) são registados nos resultados do período em que é anunciada a respetiva distribuição.

1.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

1.5 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

1.6 DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E ENTIDADES RELACIONADAS

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de fecho.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e outros encargos financeiros de empréstimos obtidos, que estejam diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.7 VALORES A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Os Valores a pagar a Fornecedores e outros credores são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As contas de fornecedores são classificadas como passivos correntes, se o pagamento for devido no prazo de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal do negócio se maior). Se não, as contas de fornecedores são apresentados como passivos não correntes.

1.8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 2016 a Efacec Power Solutions e as suas participadas nacionais estão sujeitas ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, aplicável a grupos que incluam empresas nas quais detêm participações acionistas iguais ou superiores a 75%, e que cumpram as condições dispostas no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. O encargo fiscal consolidado é determinado através da soma aritmética dos ganhos e perdas tributáveis conforme determinado por cada empresa numa base individual.

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente, ou substantivamente vigente, à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que, à data da transação, não afete os rendimentos e custos, contabilísticos ou tributáveis.

O imposto diferido é determinado à luz das taxas (e legislação) vigente, ou substantivamente vigente à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

Ativos por impostos diferidos sobre o rendimento são reconhecidos, apenas quando a existência de futuros rendimentos tributáveis é expectável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor.

Os impostos diferidos são classificados como não-corrente, conforme apresentado na demonstração da posição financeira.

A taxa de imposto que serviu de base à determinação dos impostos diferidos incluídos nas Contas a 31 de dezembro de 2016 é a prevista na legislação para o exercício em curso – 21%, acrescida do valor máximo que a taxa de derrama municipal pode assumir – 1,5% do lucro tributável.

1.9 PROVISÕES

As provisões são registadas ao justo valor das despesas que se espera que venham a ocorrer de modo a liquidar a obrigação, utilizando-se taxas de desconto antes de impostos que reflitam o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos específicos da obrigação, conforme atribuído pelo mercado. Não são reconhecidas provisões por perdas operacionais futuras.

1.10 RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor das vendas de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos comerciais e após eliminação das vendas internas.

As receitas são reconhecidas ao justo valor do montante recebido, ou a receber, pela venda de bens e serviços no decurso normal da atividade da empresa. As vendas são reconhecidas pelo valor líquido do montante de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

A Empresa reconhece as receitas quando o seu montante é mensurável com fiabilidade, quando é provável que benefícios económicos futuros deem entrada na entidade e quando critérios específicos são cumpridos, conforme descrito abaixo. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, tendo em consideração o tipo de cliente, assim como do tipo de transação e as suas características.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico no qual os serviços são prestados, com referência à fase de conclusão da transação à data de fecho de contas.

1.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.12 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.9.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

1.14 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica ativos com maturidade com menos de três meses e para os quais o risco de variação do valor é insignificante em "Caixa e equivalentes de caixa".

A demonstração de fluxos de caixa é dividida por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais incluem recebimentos de caixa de clientes e pagamentos a fornecedores, pessoal e outros pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem aquisições e alienações de investimentos em subsidiárias, recebimentos de caixa e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e intangíveis.

As atividades de financiamento compreendem recebimentos e pagamentos de caixa relativos a capital próprio e empréstimos, incluindo descobertos bancários. Incluem ainda pagamentos relativos a juros, dividendos e locações financeiras.

1.15 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Não existem fatores significativos de risco financeiro, nomeadamente em termos de atividades expostas ao risco cambial, ou concentrações de risco de crédito significativas. Não são usados quaisquer instrumentos financeiros para cobrir este tipo de risco.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos e divulgações à data das demonstrações financeiras.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da Empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em certos casos em relatos de peritos independentes (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Contudo, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo.

2.1 JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, quando existe mercado ativo, é utilizado o preço de mercado. Quando não existe mercado ativo, o que se verifica nalguns dos ativos e passivos financeiros da Empresa, são utilizadas técnicas de avaliação do justo valor geralmente aceites, com base em pressupostos de mercado.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados como os derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, e ativos disponíveis para venda. Os métodos de avaliação que são usados mais frequentemente baseiam-se nos modelos de fluxos de caixa descontados e nos modelos de opções, incluindo, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio e curvas de volatilidade. Atualmente, a Empresa não tem quaisquer instrumentos financeiros não cotados.

2.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Adicionalmente, a empresa reconhece ativos por impostos diferidos sobre prejuízos, na medida em que sejam esperados lucros tributáveis futuros.

Esta avaliação requer o uso de estimativas, podendo os lucros tributáveis futuros ser diferentes da avaliação realizada a cada data de fecho. A diferença terá impacto no imposto sobre o rendimento.

2.3 RECONHECIMENTO DE PROVISÕES

A Empresa revê periodicamente as obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade envolvida na determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para cumprir as obrigações pode dar origem a ajustamentos significativos devidos a variações nas suposições feitas, ou devido ao futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Gestão exerce julgamentos consideráveis para determinar se existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, ou se é provável, na data das demonstrações financeiras, que de acontecimentos passados possam resultar saídas de recursos, e se o montante da obrigação pode ser estimado com fiabilidade. A empresa revê periodicamente o estado desses processos recorrendo a aconselhamento, tanto interno como externo. Estas decisões estão sujeitas a alterações conforme novas informações estiverem disponíveis. O valor a provisionar pode mudar no futuro devido a novos desenvolvimentos nesta matéria em particular.

2.4 PERDAS POR IMPARIDADE EM CONTAS A RECEBER

O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas com base na avaliação feita pela Gestão dos riscos estimados de cobrança na data do encerramento das contas, que podem diferir dos riscos que efetivamente venham a ocorrer.

C. GESTÃO DO RISCO

3. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

3.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da Empresa estão expostas a vários riscos financeiros, incluindo o risco de mercado, nomeadamente o risco de taxa de juro, e o risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro da Empresa, podendo utilizar vários instrumentos financeiros para minimizar os riscos decorrentes da sua atividade.

A gestão de riscos financeiros é realizada pela Direção de Finanças Corporativa do Grupo EPS, no âmbito das políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração. Esta Direção é responsável pela identificação, avaliação e cobertura dos riscos financeiros, em estreita colaboração com as unidades operacionais do grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão global dos riscos, bem como políticas destinadas a cobrir áreas específicas, como o risco de taxa de juro e o risco de liquidez, utilização de instrumentos financeiros derivados e não derivados e o investimento dos excedentes de liquidez. O Conselho de Administração efetua um acompanhamento muito próximo das referidas transações.

3.1.1 RISCOS DE MERCADO – TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente dos empréstimos contraídos, uma vez que não possui derivados de taxa de juro nem ativos de longo prazo remunerados. Os empréstimos contratados com taxas de juro variáveis, exclusivamente denominados em euros, expõem a Empresa ao risco de variações dos fluxos de caixa.

A exposição ao risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. A Empresa está exposta, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro.

Para cada análise, independentemente da moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados, caso existam, às datas de referência e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

À data de reporte, a Empresa detinha um montante de empréstimos obtidos de cerca de 73,5 milhões de euros, e empréstimos concedidos de 25,1 milhões de euros, totalmente com partes relacionadas. Se as taxas de juro dos empréstimos e depósitos tivessem sido 0,25% superiores/inferiores, considerando todas as outras variáveis constantes, o resultado antes de impostos do ano teria sido inferior/superior em 121 mil euros, respetivamente. O capital próprio não seria afetado. Estes efeitos devem-se, essencialmente, ao maior ou menor custo com juros em empréstimos de taxa variável.

3.1.2 RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pela Empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais, e considerando ainda o contributo de eventuais facilidades de financiamento. Esta previsão tem em consideração os planos de financiamento de dívida da Empresa, o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios de balanço e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos regulamentares ou legais – por exemplo, restrições sobre moeda estrangeira, e cumprimento de *covenants* da dívida, nomeadamente: Cross default, Pari Passu, Negative Pledges, rácios sobre a dívida e capital, mudança de acionistas e outros relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da Empresa.

Os excedentes de tesouraria, para além dos necessários à manutenção do equilíbrio na gestão de capital circulante, são administrados tendo em conta as instruções do Grupo EPS no que respeita a maturidade, liquidez e contraparte. Os excedentes de tesouraria detidos pela Empresa são investidos, escolhendo instrumentos com maturidades adequadas ou liquidez suficiente e que forneçam margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

À data das demonstrações financeiras, a Empresa detinha em caixa e depósitos à ordem cerca de 129 mil euros, que se esperava que gerassem prontamente entradas de capital capazes de facilitar a gestão do risco de liquidez. Não existem facilidades de crédito negociadas, nem instrumentos financeiros derivados. Os passivos financeiros da Empresa são quase exclusivamente com partes relacionadas. Existem também ativos financeiros significativos, igualmente com partes relacionadas.

3.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

A Empresa poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar e o retorno de capital dos acionistas ou proceder à emissão de novas ações ou de dívida, de forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital.

De acordo com as práticas de mercado da indústria, o equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*gearing*), calculado de acordo com o rácio Dívida Líquida/Total de Capital. A dívida líquida compreende o total de empréstimos (incluindo empréstimos bancários e de empresas relacionadas, correntes e não correntes, conforme apresentados na demonstração da posição financeira), deduzido de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos financeiros e empréstimos concedidos correntes. O total de Capital é composto pelo capital próprio, conforme apresentado nas demonstrações financeiras, adicionados da dívida líquida.

O *gearing* em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresenta o seguinte cálculo:

	31.12.2016	31.12.2015
Dívida a instituições de crédito	0	0
Dívida a entidades relacionadas	(Nota 17) 73.551.275	75.191.662
	73.551.275	75.191.662
– Caixa e seus equivalentes	(Nota 8) 128.703	97.619
– Empréstimos a entidades relacionadas	(Nota 17) 25.132.258	27.154.595
Dívida líquida	48.290.315	47.939.447
Capital próprio	323.721.760	323.015.002
Total de capital	372.012.075	370.954.449
Gearing	13%	13%

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos financeiros classificavam-se nas seguintes categorias:

Ativos	Notas	Crédito e valores a receber	Ativos Disponíveis para venda	Ativos não abrangidos pela IFRS7	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Invest.Financeiros e Activos financ.dispon.p/ venda	5	106.775	11.132		117.907
Empréstimos a Entidades Relacionadas	17	25.132.258			25.132.258
Clientes e acréscimos de proveitos	6	6.637		0	6.637
Devedores e custos diferidos	7	5.783.519		2.023.310	7.806.829
Caixa e equivalentes de caixa	8	128.703			128.703
		31.157.891	11.132	2.023.310	33.192.333
31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Invest.Financeiros e Activos financ.dispon.p/ venda	5	106.775	11.132		117.907
Empréstimos a Entidades Relacionadas	17	27.154.595			27.154.595
Clientes e acréscimos de proveitos	6	0		25.724	25.724
Devedores e custos diferidos	7	418.699		1.604.352	2.023.051
Caixa e equivalentes de caixa	8	97.619			97.619
		27.777.689	11.132	1.630.077	29.418.897

Quanto aos passivos financeiros, a sua repartição por categorias era a seguinte:

Passivos	Notas	Outros pass. financ. ao custo amortizado	Passivos não abrangidos pela IFRS7	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2016				
Empréstimos de Entidades Relacionadas	17	73.551.275		73.551.275
Fornecedores	10	600.136		600.136
Credores e Acréscimo de Custos	10	7.701.503	1.211.856	8.913.359
		81.852.914	1.211.856	83.064.770
31 DE DEZEMBRO DE 2015				
Empréstimos de Entidades Relacionadas	17	75.191.662		75.191.662
Fornecedores	10	88.208		88.208
Credores e Acréscimo de Custos	10	2.178.109	908.719	3.086.829
		77.457.980	908.719	78.366.699

C. NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

4. ATIVOS TANGÍVEIS

O valor registado nesta rubrica refere-se totalmente a equipamento administrativo.

Equipamento Administrativo	31.12.2016	31.12.2015
Valor Líquido Inicial	20.306	0
Aumento	5.418	20.306
Dotações para depreciação	-4.459	0
Valor Líquido Final	21.264	20.306

5. INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL E ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

5.1 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Esta rubrica inclui o valor das participações, prestações acessórias e empréstimos concedidos a sociedades do Grupo e associadas.

A partir de 1 de janeiro de 2016, a Efacec Power Solutions passou a mensurar os seus investimentos em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos pelo método da equivalência patrimonial, usando a opção introduzida pelas alterações à IAS 27.

Face a esta alteração de política contabilística, a Empresa reexpressou as suas contas referentes ao exercício de 2015, de modo a tornar comparáveis as presentes demonstrações financeiras.

A alteração agora introduzida tem impacto na rubrica de “Ganhos e perdas em empresas subsidiárias” da Demonstração de Resultados, e nas rubricas “Investimentos Financeiros”, “Reservas e resultados acumulados” e “Provisões” da Demonstração da posição financeira.

MOVIMENTOS OCORRIDOS EM 2016

Durante o exercício de 2016, a Empresa subscreveu prestações acessórias na sua subsidiária Efacec Electric Mobility, SA, no valor de 1.500 milhares de euros e concretizou um aumento de capital de 147 mil euros na subsidiária Power Solutions Brasil, Ltda.

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial	371.687.158	363.044.137
Aumentos de participações	147.450	8.643.022
Prestações Acessórias	1.500.000	0
Saldo Final	373.334.608	371.687.158

As prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares e, como tal, não vencem juros.

O investimento da empresa nas principais empresas do grupo e associadas, nenhuma delas cotada em bolsa, é o seguinte:

	31.12.2016					
	Particip. Financeiras	Prestações Acessórias	Emprést. Financiam	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido
Instrumentos de capital						
Efacec Marketing Internacional, SA	2.400.000	1.600.000		100,00%	2.846.912	-46.940
Efacec Engenharia e Sistemas, SA	99.500.000	32.500.000		100,00%	69.885.956	3.804.277
Efacec Electric Mobility, SA	13.350.000	1.500.000		100,00%	3.500.238	919.834
Efacec Serviços Corporativos, SA	50.000			100,00%	-1.414.713	-1.868.121
Efacec Energia, SA	124.078.188	58.811.255		100,00%	90.685.967	4.907.388
Efacec Angola, Lda	1.407.215			98,33%	-7.492.280	-1.821.059
Efacec Moçambique, Lda.	15.255	6.582.000		84,75%	188.315	-347.087
Efacec Praha s.r.o.	6.100.000			100,00%	1.499.231	6.871
Efacec USA, Inc.	1.500.000			100,00%	1.229.553	-569.026
Efacec Chile, SA	213.570			96,92%	1.531.773	703.929
Efacec Central Europe Limited SRL	7.100.000			100,00%	672.141	-518.696
Efacec Contracting Central Europe GmbH	9.451.597			100,00%	1.733.293	-840.200
Efacec Índia Pvt. Ltd	3.259.878			93,18%	2.223.431	-188.946
Efacec Equipos Eléctricos, S.L.	2.870.000			100,00%	2.776.989	326.582
Power Solution Brasil, Ltda.	938.875			99,00%	505.501	-16.743
Créditos			106.775			
Efacec Contracting Central Europe GmbH						
Total	272.234.578	100.993.255	106.775			
		373.334.608				

	31.12.2015					
	Particip. Financeiras	Prestações Acessórias	Emprést. Financiam	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido
Instrumentos de capital						
Efacec Marketing Internacional, SA	2.400.000	1.600.000		100,00%	2.893.851	233.736
Efacec Engenharia e Sistemas, SA	99.500.000	32.500.000		100,00%	66.182.063	1.894.755
Efacec Electric Mobility, SA	15.000.000			100,00%	1.833.273	-1.290.082
Efacec Serviços Corporativos, SA	50.000			100,00%	453.407	280.310
Efacec Energia, SA	122.428.188	58.811.255		100,00%	85.038.317	-935.567
Efacec Angola, Lda	1.407.215			98,33%	-6.632.779	-7.177.006
Efacec Moçambique, Lda.	15.255	6.582.000		84,75%	730.672	-58.636
Efacec Praha s.r.o.	6.100.000			100,00%	1.491.913	131.763
Efacec USA, Inc.	1.500.000			100,00%	1.760.456	-190.670
Efacec Chile, SA	213.570			96,92%	664.192	344.220
Efacec Central Europe Limited SRL	7.100.000			100,00%	660.941	-172.085
Efacec Contracting Central Europe GmbH	9.451.597			100,00%	2.575.928	-1.562.710
Efacec Índia Pvt. Ltd	3.259.878			93,18%	2.563.717	-259.503
Efacec Equipos Eléctricos, S.L.	2.870.000			100,00%	2.450.407	593.085
Power Solution Brasil, Ltda.	791.425			99,00%	264.744	0
Créditos						
Efacec Contracting Central Europe GmbH			106.775			
Total	272.087.128	99.493.255	106.775			
		371.687.158				

O crédito sobre a Efacec Contracting Central Europe tem a natureza de suprimentos, vencendo juros a taxa de juro indexada à Euribor, acrescido do spread praticado nos empréstimos do Grupo.

TESTES DE IMPARIDADE

No final do ano são efetuados testes de imparidade para as principais empresas participadas. Os testes são realizados no sentido de avaliar a recuperação do investimento, considerando o desempenho histórico e/ou expectativas de desenvolvimento do negócio. As avaliações têm por base projeções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela gestão que abrangem um período de cinco anos, e que são descontados a uma taxa calculada de acordo com o CAPM (Capital Asset Pricing Model). Após este período de cinco anos, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas com base nas expectativas de desenvolvimento do negócio.

A elaboração dos planos de negócio foi alinhada com a atual organização do Grupo e com o referencial usado para a gestão das Unidades, que foi alterado face a 2015.

As filiais internacionais Efacec Central Europe e Power Solutions Brasil têm atividades fortemente concentradas no segmento de negócio de Automação. De modo idêntico, também as filiais Efacec Índia, Efacec Equipos Eléctricos e Efacec Praha desenvolvem a sua atividade na unidade de negócio de Aparelhagem Elétrica. A gestão das referidas filiais é enquadrada na gestão operacional das unidades de negócio a que reportam e conduzida a partir de Portugal, funcionando sobretudo como extensões da atividade da Efacec Energia nos respetivos mercados. Neste pressuposto, os planos de negócio destas filiais foram consolidados na Efacec Energia.

Com idênticos fundamentos, as filiais internacionais Efacec Contracting Central Europe, Efacec Algérie e Efacec Chile foram consolidadas na Efacec Engenharia e Sistemas. Estas duas entidades jurídicas têm as suas operações fortemente concentradas nos segmentos de negócio de Contracting; e estão particularmente dependentes da Efacec Engenharia e Sistemas no que se refere a referências, competências técnicas específicas e meios financeiros, funcionando sobretudo como extensões da atividade da Efacec Engenharia e Sistemas no mercado argelino e em alguns países da Europa Central.

Os pressupostos utilizados nos testes de imparidade realizados à data de 31 de dezembro de 2016, foram os seguintes:

	2016				2015			
	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto antes imposto	Tx crescim perpetuidade	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto antes imposto	Tx crescim perpetuidade
Efacec Energia	4,4%	8,6%	9,0%	1,9%	11,7%	7,9%	8,9%	0,0%
Efacec Engenharia	5,6%	7,0%	9,5%	1,8%	10,2%	6,5%	10,2%	0,0%
Efacec Electric Mobility	29,7%	12,7%	12,4%	2,1%	22,7%	11,4%	12,2%	1,0%
Efacec Moçambique	16,7%	8,7%	11,6%	5,6%	9,7%	7,4%	13,7%	2,5%
Efacec Angola	20,1%	8,2%	16,0%	2,0%	17,7%	5,3%	17,4%	1,0%

De um modo geral, as taxas de desconto conheceram uma redução em 2016. Nomeadamente nas filiais de África (Angola e Moçambique) considera-se a ponderação dos diferentes mercados a que a empresa está exposta, o que permite mitigar o risco e assim reduzir a taxa de desconto.

Não foi reconhecida qualquer imparidade em resultado dos testes efetuados.

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

As avaliações foram ainda sujeitas a análises de sensibilidade às principais variáveis utilizadas, no sentido de testar a resistência do valor recuperável dos ativos a alterações desfavoráveis de cada uma delas. As variáveis foram, assim, sujeitas aos seguintes impactos:

	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto	Tx crescim perpetuidade
Variação dos pressupostos	-10,0%	-10,0%	+1 /+2 pp	-1,0 pp

Os impactos produzidos por estas variações não são suscetíveis de gerar qualquer imparidade.

A taxa de crescimento das vendas é uma variável cuja alteração implica efeitos sensíveis no valor do investimento em Angola, detetando-se neste caso alguns indícios de imparidade. No entanto, considera-se sustentável o orçamento de vendas que serviu de base às projeções efetuadas, que assenta já numa carteira de encomendas firmes, garantindo as previsões de receitas de 2017, e que inclui projetos importantes para o desenvolvimento futuro desta subsidiária.

5.2 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Valor	% Part	Capital Próprio
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	11.132	0,98%	n.d.

6. CLIENTES E ACRÉSCIMO DE PROVEITOS

O detalhe da rubrica a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o que se segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes – Partes Relacionadas (Nota 17.2)	6.637	0
Contas a receber de Clientes – líquido	6.637	0
Acréscimos de proveitos – não abrangidos pela IFRS 7	0	25.724
Total	6.637	25.724
* Não Corrente	0	0
* Corrente	6.637	25.724

O justo valor das contas a receber não difere do seu valor contabilístico

7. OUTROS DEVEDORES E CUSTOS DIFERIDOS

O detalhe desta rubrica a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Contas a receber de Outros Devedores	2.716	0
Contas a receber de Partes Relacionadas (Nota 17.2)	5.780.803	418.699
Outros Devedores - Ativos Financeiros IFRS 7	5.783.519	418.699
Outros Devedores não abrangidos pela IFRS 7	1.561.073	1.570.098
Estado e Outros Entes Públicos	435.523	34.254
Custos Diferidos	26.714	0
Total	7.806.829	2.023.051
* Não Corrente	0	0
* Corrente	7.540.486	2.023.051
* Imposto sobre o rendimento	266.343	0

O valor de Contas a receber de partes relacionadas inclui os créditos sobre clientes cedidos à MGI Capital, previstos pelo acordo de acionistas celebrado em 23 de outubro de 2015.

O valor de Outros Devedores não abrangidos pela IFRS 7 respeita a adiantamentos efetuados à Efaced Angola para efeitos da transferência desta participação da Efaced Capital para a EPS.

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento	435.523	3
Imposto sobre o Valor Acrescentado – A recuperar	0	34.251
	435.523	34.254

8. MEIOS MONETÁRIOS

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e Depósitos à Ordem	128.703	97.619

9. CAPITAL PRÓPRIO

9.1 CAPITAL SOCIAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente realizado, era representado por 57.174.806 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 5 euros. A sua repartição acionista, nessa data e no final do ano anterior, era a seguinte:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Nº ações	%	Nº ações	%
Winterfell 2 Limited	41.525.275	72,6%	41.525.275	72,6%
MGI Capital, SGPS, S.A.	15.649.531	27,4%	15.649.531	27,4%
Total	57.174.806	100,0%	57.174.806	100,0%

A sociedade não detém ações próprias.

9.2 PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A Efaced Power Solutions dispõe ainda de prestações acessórias de capital no valor de 35.900.000 euros, tituladas pelas acionistas na proporção das suas participações. Estas prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares.

9.3 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é composta, fundamentalmente, pelo resultado do exercício e por resultados transitados.

10. FORNECEDORES, CREDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Fornecedores	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores, conta corrente	708.472	82.949
Fornecedores – Partes Relacionadas (Nota 17.2)	2.242	6.177
Fornecedores – Faturas em Receção e Conferência	-110.578	-918
Total	600.136	88.208
* Não corrente	0	0
* Corrente	600.136	88.208

As dívidas correntes a fornecedores e outros credores, são exigíveis integralmente num prazo de 90 dias, situação que reflete as normais condições negociadas com os fornecedores da Empresa.

O valor em dívida é denominado em euros.

O detalhe da rubrica de Outros credores a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Outros Credores	31.12.2016	31.12.2015
Outros Credores - Partes Relacionadas (Nota 17.2)	7.684.519	2.153.970
Outros Credores - Ativos Financeiros IFRS 7	7.684.519	2.153.970
Outros Credores não abrangidos pela IFRS 7	574.438	574.537
Estado e Outros Entes Públicos	343.791	84.914
Acréscimos de custos:	310.611	273.408
Acréscimos de Custos - Remunerações a Liquidar	293.627	249.268
Acréscimos de Custos - Outros	16.984	24.140
Total	8.913.359	3.086.829
* Outros Credores Não Corrente	0	0
* Outros Credores Corrente	8.913.359	3.086.829

O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se nas seguintes rubricas:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o Rendimento	0	976
Imposto sobre o Valor Acrescentado – A pagar	247.846	0
Contribuições para a Segurança Social	43.647	41.590
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	52.299	42.348
	343.791	84.914

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se a EPS tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e quando os impostos diferidos se referem à mesma autoridade fiscal.

No final de 2016, os ativos por impostos diferidos totalizam o montante de 345.100 euros, cujo prazo de reporte é de 12 anos.

	Prejuízos finais
Em 1 de janeiro de 2015	0
Imputado a Resultados	362.115
Em 31 de dezembro de 2015	362.115
Imputado a Resultados	-17.015
Em 31 de dezembro de 2016	345.100

D. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais fornecimentos e serviços de entidades externas foram os seguintes:

	2016	2015
Trabalhos Especializados	1.542.078	128.812
Deslocações e Estadas	211.683	2.791
Rendas e Alugueres	167.439	696
Publicidade e Propaganda	104.238	312
Despesas com Garantias Bancárias	87.493	0
Honorários	37.870	11.850
Conservação e Reparação	17.252	1.558
Combustíveis	16.047	20
Outros Fornecimentos e Serviços	99.915	10.253
	2.284.015	156.294

13. RESULTADOS FINANCEIROS

	2016	2015
Juros suportados	-3.065.831	-10.343.514
Diferenças de câmbio desfavoráveis	115.810	84.993
Outros custos e perdas financeiras	-2.468	-6.228
Total de Perdas e Custos Financeiros	-2.952.489	-10.264.748
Juros obtidos	925.570	4.059.713
Total de Ganhos e Proveitos Financeiros	925.570	4.059.713
Total líquido	-2.026.919	-6.205.036

Os Juros suportados e obtidos referem-se, essencialmente, à remuneração de empréstimos obtidos/concedidos a empresas do Grupo EPS e entidades relacionadas. Estes empréstimos são remunerados em condições idênticas às de mercado, tendo a Euribor como indexante (Nota 17.3).

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do imposto sobre o rendimento evidenciado na Demonstração de resultados é a seguinte:

	2016	2015
Imposto corrente	487.264	976
Imposto diferido (Nota 11)	17.015	-362.115
Imposto do exercício	504.279	-361.139
Imposto de exercícios anteriores	56	0
	504.335	-361.139

A reconciliação da taxa de imposto é a seguinte:

	2016	2015
Resultado antes de impostos	1.211.093	-6.927.298
Taxa Teórica	22,5%	22,5%
Imposto Teórico	272.496	-1.558.642
Diferenças Permanentes:		
Custos não aceites fiscalmente (a)	179.544	1.170.662
Tributação Autónoma	35.224	976
Correção de IDA registado em exercícios anteriores	17.015	0
Diferenças de taxa de imposto (b)	0	25.865
Imposto do Exercício	504.279	-361.138
Taxa Efetiva	41,6%	n.a.

(a) Esta rubrica respeita aos encargos financeiros não aceites fiscalmente por ultrapassarem o limite legal.

(b) Esta rubrica respeita a diferenças nas taxas de imposto de exercícios futuros aplicáveis no apuramento dos impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis.

15. RESULTADO POR AÇÃO

BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano excluindo eventuais ações detidas pela EPS (nota 9).

	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores do capital	706.758	-6.566.159
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	57.174.806	48.428.262
Resultado básico por ação (euros por ação)	0,01	-0,14

DILUÍDO

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais, quando existam. Nos exercícios de 2016 e 2015 não existem quaisquer efeito diluidores.

E. OUTRAS NOTAS

16. CONTINGÊNCIAS

A EPS possui passivos contingentes respeitantes a garantias prestadas. Em 31 de dezembro de 2016, a EPS tinha uma responsabilidade decorrente de uma garantia emitida para efeito de concessão de financiamento a uma subsidiária no estrangeiro, no valor de 2.471.502 euros.

	31.12.2016	31.12.2015
Garantias financeiras	4.086.042	3.668.329

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Identificam-se, de seguida, as transações efetuadas com partes relacionadas (Empresas do grupo, Associadas, Acionistas e Administradores), e os saldos devedores e credores com as mesmas entidades existentes no final do exercício.

17.1 TRANSAÇÕES REALIZADAS

Transações correntes:	2016	2015
Empresas do grupo		
Proveitos e ganhos operacionais (a)	7.693.930	0
Custos e perdas operacionais	3.715	0
Proveitos e ganhos financeiros	925.570	595.960
Custos e perdas financeiras	3.065.820	10.322.478
Acionistas		
Proveitos e ganhos financeiros	0	3.463.741
	5.549.965	-6.262.777

(a) Esta rubrica inclui 5,9 milhões de euros relativos a serviços de gestão e 1,8 milhões de euros referentes a cedência de espaço debitados às suas subsidiárias.

17.2 SALDOS FINAIS RESULTANTES DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS E FINANCEIRAS

	31.12.2016	31.12.2015
DÍVIDAS DE PARTES RELACIONADAS:		
Empresas do grupo		
Empréstimos de financiamento (a)	106.775	106.775
Empréstimos não correntes	21.146.552	0
Empréstimos correntes	3.261.101	23.717.122
Clientes e Acréscimo de Proveitos (Nota 6)	6.637	0
Devedores e Custos Diferidos (Nota 7)	494.893	418.542
Acionistas		
Empréstimos correntes	724.605	3.437.473
Devedores e Custos Diferidos (Nota 7)	5.285.910	157
	31.026.473	27.680.070
DÍVIDAS A PARTES RELACIONADAS:		
Empresas do grupo		
Empréstimos não correntes (b)	73.301.275	74.220.596
Empréstimos correntes	250.000	971.066
Fornecedores (Nota 10)	2.242	6.177
Credores e Acréscimo de custos (Nota 10)	7.752.343	2.152.651
Acionistas		
Credores e Acréscimo de custos (Nota 10)	-67.824	1.319
	81.238.036	77.351.809
Total Líquido	-50.211.564	-49.671.739

(a) Suprimentos efetuados à Efacec Contracting Central Europe.

(b) Esta rubrica inclui os financiamentos obtidos junto das subsidiárias Efaced Energia e Efaced Engenharia, de natureza não corrente.

17.3 DETALHE POR ENTIDADE DOS SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

O detalhe por entidade dos saldos com partes relacionadas apresenta-se como se segue:

Dívidas de partes relacionadas:	31.12.2016	31.12.2015
CLIENTES E ACRÉSCIMO DE PROVEITOS (NOTA 6)		
Efacec Central Europe Limited SRL	6.637	0
Total Clientes e Acréscimo de Proveitos (Nota 6)	6.637	0
DEVEDORES E CUSTOS DIFERIDOS (NOTA 7)		
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	-8.592	0
Efacec Energia, S.A.	-256.074	4.219
Efacec Marketing Internacional, S.A.	0	73.566
Efacec Electric Mobility, S.A.	0	62.776
Efacec Serviços Corporativos, S.A.	0	17.472
Efacec Angola, Lda.	264.665	0
Efacec Moçambique, Lda.	60.603	107.276
Efacec Central Europe Limited SRL	10	32.508
Efacec Contracting Central Europe GmbH	406.102	0
Efacec Equipos Electricos, SL	27.098	120.726
Grupo MGI Capital e ascendentes	5.285.928	157
Outros	1.061	0
Total Devedores e Custos Diferidos (Nota 7)	5.780.802	418.699

O saldo com o Grupo MGI no fim do exercício resulta essencialmente da uma cedência de créditos sobre um cliente, realizada em conformidade com o acordo de acionistas celebrado em 23 de outubro de 2015.

Dívidas de partes relacionadas:	31.12.2016	31.12.2015
FORNECEDORES (NOTA 10)		
Efacec Serviços Corporativos, S.A.	2.242	6.177
Total Fornecedores (Nota 10)	2.242	6.177
CREDORES E ACRÉSCIMO DE CUSTOS (NOTA 10)		
Efacec Marketing Internacional, S.A.	-109.492	0
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	461.624	1.509.485
Efacec Electric Mobility, S.A.	-298.973	0
Efacec Serviços Corporativos, S.A.	-188.066	367
Efacec Energia, S.A.	7.888.047	508.894
Efacec Moçambique, Lda.	0	27.893
Sucursal Bulgária	0	104.916
Grupo MGI Capital e ascendentes	-67.824	1.319
Outros	-798	1.096
Total Credores e Acréscimo de custos (Nota 10)	7.684.519	2.153.970

O saldo em dívida com a Efacec Energia resulta, essencialmente, de uma cessão de créditos ocorrida em 2016, a liquidar em 2017.

O detalhe por entidade dos empréstimos com partes relacionadas apresenta-se como se segue:

Empréstimos	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
NÃO CORRENTES				
Efacec Marketing Internacional, S.A.	4.968.762			
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.		70.134.166		74.220.596
Efacec Serviços Corporativos, S.A.	2.440.372			
Efacec Energia, S.A.		3.167.109		
Efacec Angola, Lda.	12.709.189			
Efacec Contract. Central Europe GmbH	1.028.230			
	21.146.552	73.301.275	0	74.220.596
CORRENTES				
Efacec Marketing Internacional, S.A.			4.531.557	
Efacec Electric Mobility, S.A.	1.313.890		4.868.890	
Efacec Serviços Corporativos, S.A.				67.706
Efacec Energia, S.A.	-218		11.044.890	3.360
Efacec Angola, Lda.			2.821.786	
Efacec Praha s.r.o.		250.000		
Efacec Central Europe Limited SRL	842.500			900.000
Efacec Contract. Central Europe GmbH	650.000			
Efacec Equipos Electricos, SL	450.000		450.000	
EfaServicing, ACE	4.929			
Grupo MGI Capital e ascendentes	724.605		3.437.473	
	3.985.706	250.000	27.154.595	971.066
Total Empréstimos	25.132.258	73.551.275	27.154.595	75.191.662
Total Empréstimos Líquido		-48.419.017		-48.037.067

Os empréstimos são remunerados em condições idênticas às de mercado, tendo a Euribor como indexante.

17.4 REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EPS recebeu 1.508.600 euros a título de remunerações fixas. Em 2015, a EPS pagou remunerações ao seu Conselho de Administração no valor de 219.323 euros, não comparáveis por respeitarem a um período incompleto.

18. HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES

	2016	2015
Auditoria e Revisão de contas	8.000	37.000
Serviços de consultoria fiscal	24.688	0
Outros serviços	281.050	0
	313.738	37.000

19. CONTINGÊNCIAS

Dada a condição de empresa mãe do Grupo EPS, indicam-se, de seguida, os valores de ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais em que as sociedades subsidiárias estão envolvidas.

1. Contingência CPTM

O contrato para a remodelação da sinalização de diversas linhas do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, no Brasil, firmado entre a sociedade brasileira CPTM e o consórcio Union Switch & Signal Internacional Co. e a Efacec Engenharia, S.A., foi resolvido, com justa causa, pelo Consórcio, a 24 de novembro de 2014. Na sequência dessa rescisão o Consórcio apresentou um pedido de indemnização no valor aproximado de 152 milhões BRL, mais 12,5 milhões USD, e ainda 510 mil euros. As partes estabeleceram negociações com vista ao fecho amigável de contas, as quais se revelaram infrutíferas, tendo terminado em novembro de 2016 com um contra pedido de indemnização, por parte da CPTM/STM no valor de aproximadamente 585 milhões BRL (aproximadamente 170 M€). Considerando as probabilidades de acolhimento de cada uma das reclamações apresentadas, não há lugar à constituição de qualquer provisão. A análise de risco conduz à existência de ativos contingentes de 57 M€ e passivos contingentes de 60 M€, considerados com probabilidade de sucesso "Possível". Existem ainda passivos contingentes de 101 M€ com probabilidade de sucesso "Remota" e 9 M€ ainda não classificados por não existir informação suficiente.

Não havendo acordo entre as partes, a disputa terá de ser resolvida, nos termos contratuais, por recurso à arbitragem internacional. O processo arbitral ainda não foi iniciado

Nos termos do Share Purchase Agreement assinado entre a Winterfell 2 e a MGI Capital, o Grupo EPS tem direito de regresso em relação à MGI Capital, sobre os eventuais passivos que venha a ter que assumir no âmbito desta disputa contratual.

2. Contingência Vadeni

Em contrato para a construção de uma estação de tratamento de águas na cidade de Vadeni, na Roménia, o cliente resolveu contrato em dezembro de 2016 por atrasos na realização da obra, e reclamou uma indemnização no montante de 936 mil euros acrescido de penalidades no valor de 665 mil euros. Em simultâneo, o cliente executou as garantias bancárias que haviam sido contratualmente fornecidas, no valor de 553 mil euros. Foi feita uma provisão nas contas da Efacec Engenharia e Sistemas no valor de 1,2 M€, que inclui já o valor das garantias bancárias executadas.

A disputa contratual centra-se no projeto de engenharia a implementar tendo inexistido acordo entre as partes desde o início do projeto o que motivou o atraso que conduziu à resolução do contrato. A Efacec deverá contestar judicialmente a resolução do contrato alegando que o atraso se deve à recusa injustificada do cliente em aprovar o projeto apresentado pela Efacec.

3. Contingência Bouhagi

Em contrato para a construção de uma estação de tratamento de águas na cidade de Bouhagi na Argélia, o cliente resolveu o contrato a 08.01.2017 por atrasos na realização da obra. Os atrasos são da responsabilidade do consorciado Hydrotreatment, entidade que deveria executar a parte dos trabalhos de construção civil. Os trabalhos da responsabilidade da Efacec foram, até à data, realizados atempadamente. Não foi feito, para já, qualquer pedido de indemnização por parte da ONA, tendo antes esta convidado as partes a realizarem o inventário dos custos e obra efetuada até à data da resolução do contrato.

A principal contingência deriva do facto de a ONA ter em sua posse garantias bancárias fornecidas pela Efacec no valor de cerca de 1 milhão de euros, que poderá executar por força da responsabilidade solidária do consórcio, tendo depois a Efacec direito de regresso sobre a Hydrotreatment.

4. Contingência Catroel

Efacec tem um contrato de subempreitada de construção civil com a empresa Catroel. Em maio de 2012 o subfornecedor abandonou a obra, mas não houve uma rescisão formal do contrato. A Catroel intentou uma ação contra a Efacec Algeria reclamando inicialmente o pagamento de faturas, trabalhos adicionais e danos no valor global aproximado de 42 milhões de dinares, mas a Efacec acabou por ser condenada no pagamento de cerca de 75 milhões de dinares, incluindo juros. A Efacec interpôs recurso e foi efetuada uma peritagem que nos foi favorável, mas que em 7/02/2017 acabou por ser anulada, confirmando a primeira sentença. Fomos notificados da sentença a 6/3/2017 e dispomos de um prazo de 20 dias para efetuar o pagamento e 2 meses para recorrer para o Supremo Tribunal. Existe uma provisão associada a este processo, pelo que não haverá impactos negativos na demonstração de resultados.

5. Contingência Tovisi

Em Moçambique existe uma ação interposta pela empresa Tovisi Moçambique, subempreiteiro da Efacec Moçambique num projeto de engenharia em Maputo. Divergências ocorridas quanto à condução dos trabalhos levaram ao afastamento daquela empresa, que interpôs ação indemnizatória que tem o valor de 1 milhão de euros. O processo está pendente de decisão judicial, acreditando a Efacec Moçambique num desfecho favorável do mesmo.

6. Contingência GTC

A Efacec USA vendeu em 2011 um transformador de 500MVA à Georgia Transmission Corporation (GTC). Em 2013, a Efacec efetuou uma intervenção no mesmo transformador, ao abrigo da garantia. Em abril de 2016, a GTC reclamou à Efacec USA uma compensação por alegados danos derivados daquela avaria, que o cliente estimou em 170 mil euros. A Efacec USA recusou a reclamação por entender que os custos eram injustificados e não estavam devidamente demonstrados, dando-se então início a um processo arbitral, nos termos contratualmente previstos. Estamos neste momento em fase de mediação antes da contestação ao processo arbitral.

7. Contingência fiscal Efacec Índia

Foi identificada na subsidiária da Índia uma divergência nos valores de Imposto e Contribuições p/Segurança Social calculados sobre remunerações de expatriados. A Efacec decidiu, em setembro de 2016, optar pela regularização voluntária junto das Autoridades locais beneficiando de Regime Especial de Regularização Tributária, através de um plano de pagamentos a realizar até setembro de 2017. O impacto total estimado é de 300 a 370 mil euros, para o qual foi constituída uma provisão.

8. Contingência fiscal Efacec Argélia

Existe na subsidiária da Argélia uma situação identificada no decurso de uma inspeção fiscal sobre os exercícios de 2008 a 2011, dando origem a correções fiscais várias, por não aceitação de despesas e divergências no apuramento de proveitos tributáveis. O risco global está estimado em 880 mil euros. Em 2014, a Efacec decidiu contestar a totalidade das correções, mas a resposta da Autoridade Tributária Argelina em dezembro 2016 foi de rejeição. Atualmente, está em análise o procedimento de reação a adotar: pedido de redução/dispensa de penalidades; recurso hierárquico ou impugnação judicial. O objetivo é o de limitar impacto total a máximo de 50% do valor em discussão.

20. GARANTIAS

20.1 GARANTIAS PRESTADAS

No empréstimo sindicado contraído conjuntamente pelas subsidiárias Efacec Energia e Efacec Engenharia e Sistemas, a Efacec Power Solutions constituiu as seguintes garantias:

- Aval às livranças subscritas pela Efacec Energia e pela Efacec Engenharia e Sistemas;
- Penhor financeiro das ações da Efacec Energia e da Efacec Engenharia e Sistemas.

Além das garantias, o mesmo contrato contém cláusulas que definem a observância de um Rácio de Endividamento, definido como Dívida Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 2,75. Este rácio contratual é observável nas contas consolidadas da Efacec Power Solutions, com uma periodicidade semestral. Em 31 de dezembro de 2016 o valor deste rácio era 2,0.

20.2 COMPROMISSOS DE LOCAÇÕES OPERACIONAIS

A empresa arrenda diversas viaturas, através de contratos de locação não revogáveis. Os contratos possuem diversos prazos, cláusulas de reajustamento e direitos de renovação. Na data da Demonstração da posição financeira a empresa mantinha contratos de Aluguer de Longa Duração ("Renting") considerados como locação operacional, cujo valor das rendas vincendas ascendiam a cerca de 489 mil euros, com as seguintes maturidades:

	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano	139.956	0
Entre 1 ano e 5 anos	348.900	0
Outros serviços	488.856	0

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data a que se referem as demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer factos dignos de registo.

Leça do Balio, 27 de março de 2017

O Contabilista Certificado

Sofia Marlene Ferreira Pereira

O Conselho de Administração

Mário Filipe Moreira Leite da Silva (Presidente)

Francisco Dias Pereira de Sousa Talino (Vogal)

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho (Vogal)

Francisco José Meira Silva Nunes (Vogal)

Luís Henrique Marcelino Alves Delgado (Vogal)

Fernando José Gomes da Mota Lourenço (Vogal)

António José Gonzalez Almela (Vogal)

João Paulo dos Santos Pinto (Vogal)

Rui Alexandre Pires Diniz (Vogal)

Miguel Maria Pereira Vilardebó Loureiro (Vogal)

Manuel António Carvalho Gonçalves (Vogal)

Vanessa Ferreira Loureiro (Vogal)